

# Antecedentes sócio-econômicos de pacientes neurológicos atendidos em serviços privados e públicos em São Paulo

O exercício da Medicina no Brasil, aí incluído o da Neurologia, sofre grande influência dos processos pelos quais são obtidos meios de diagnóstico e tratamento, segundo a origem do paciente e seu meio provedor. Nem sempre é fácil alcançar a resolução de boa parte dos problemas de saúde dos que demandam a especialidade, que, por si só, representa árdua tarefa, vistos os complexos e muitos ainda pouco explicados mecanismos neurais do corpo humano, especialmente quando perturbados pelos mais diversos processos mórbidos. Prover condições para restaurar — ou a tentativa de — a saúde demanda recursos financeiros e de assistência social que, na maioria das vezes, passa ao largo da possibilidade da maioria dos brasileiros. São do conhecimento da maioria as desigualdades que corroem as relações entre os habitantes de nosso país. Em todos os âmbitos, sociais, econômicos, culturais etc., uma observação mesmo superficial mostra-nos que as oportunidades que uns se dão ao luxo de desprezar, para outros se mostram inatingíveis de todo.

Essa desigualdade encontra sua face mais cruel quando mostrada no espelho da necessidade de se buscar assistência médica, quando vemos a saúde ameaçada. Enquanto uma parte dos pacientes, melhor aquinhoados, tem os processos de diagnóstico e tratamento relativamente facilitados — ainda mais quando ajudados por possível conhecimento pessoal dos que detêm o poder de decisão ao se utilizarem dos serviços dos diversos Planos de Saúde privados existentes em nosso País — a grande maioria, desprovida de recursos e de oportunidades, tem como única opção recorrer aos serviços da rede pública, providos pelo SUS. E aí é que as dificuldades, de todos conhecidas, para a obtenção de meios, às vezes os mais simples, para o diagnóstico e tratamento mostram-se presentes, entravando, quando não impedindo, o processo de cura ou alívio.

E é uma pequena amostra dessas diferenças que vemos relatada no trabalho de Coelho e colaboradores. Com muita propriedade e metodologia simples, os autores demonstram as diferenças que encontramos entre os pacientes atendidos num e noutro âmbito, o que, de resto, representa bem o que ocorre em todos os quadrantes do Brasil. É sabido que quanto mais precárias as condições de parto, mais prevalente é a epilepsia; nos países em desenvolvimento, como o Brasil, estima-se que atinge cerca de 2%. Como ficou patente no trabalho dos autores da Unifesp, exatamente entre a clientela do SUS essa síndrome foi mais freqüente, refletindo condições sócio-econômicas, provavelmente. Para piorar a situação, além das crises, o preconceito, um dos males maiores que enfrentam esses pacientes, leva-os à perda de emprego, de condição social e de oportunidades que acabam por lhes empurrar a buscar auxílio no benefício  $\pm$  parco, diga-se — que a Previdência Social, muito difícil e burocratizadamente oferece. Muitas vezes, pacientes que apresentam crises raras que, por si só, em nada reduzem suas funções cognitivas ou sua capacidade laboral, acabam, vítimas do preconceito, relegadas ao abandono e à discriminação, não encontrando alternativa a não ser buscar no auxílio-doença sua única fonte de renda para garantir-lhe subsistência.

Certamente, as diferenças não se esgotam nos itens investigados pelos autores. Mas estes abrem um campo extenso a ser explorado.

Esta realidade brasileira precisa ser modificada. Isto envolve trabalho coletivo dos profissionais da Medicina, Assistência Social, Enfermagem, enfim, de todos os que diariamente lidam com as agruras por que passam os necessitados da atenção médica no Brasil.

O grande mérito do trabalho de Coelho e colaboradores é trazer à baila o tema que, se bem aproveitado, até mais detalhado, em futuras publicações, poderá redundar no desenho de uma rotina de atendimento mais adequada e satisfatória para cada um que a ele tiver de recorrer. No que tange à Neurologia, o apoio à implantação de programas específicos, multiprofissionais, para o atendimento de portadores de epilepsia, por exemplo, em serviços públicos, pelo menos nas grandes cidades, seria uma grande conquista, merecedora de nosso incentivo.

**Jaime Seráfico de Carvalho**

Mestre em Neurologia pela Escola Paulista de Medicina (UNIFESP)

Membro Titular da Academia Brasileira de Neurologia

Prof. Assistente de Neurologia da Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Belém-Pará